

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA**A. ENQUADRAMENTO, CONTRIBUTOS RECEBIDOS E RESPECTIVA SÚMULA****1. ENQUADRAMENTO**

Na sequência da adopção pela Comissão Europeia da Decisão 2010/166/UE, de 19 de Março de 2010 e da Recomendação 2010/167/UE, de 19 de Março de 2010, respectivamente sobre a harmonização das condições de utilização do espectro para os serviços de comunicações móveis em embarcações (serviços MCV) na União Europeia e sobre a autorização de sistemas para serviços de comunicações móveis a bordo das embarcações (serviços MCV), o ICP-ANACOM lançou, nos termos do artigo 8.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, uma consulta pública sobre a introdução de serviços de comunicações móveis a bordo de embarcações (MCV), de modo a auscultar os demais interessados na matéria, bem como proceder às necessárias alterações ao Quadro Nacional de Atribuição de Frequências.

Nesse âmbito, em 01.07.2010, o Conselho de Administração do ICP- ANACOM deliberou adoptar o seguinte projecto de decisão:

1. Alterar o fixado no Quadro Nacional de Atribuição de Frequências de forma a acomodar a utilização das faixas de frequências 880-915/925-960 MHz e 1710-1785/1805-1880 MHz para serviços MCV quando em mar territorial, entre as duas e as doze milhas náuticas, contadas a partir da linha de base;
2. Autorizar a operação de sistemas MCV nas faixas de frequências 880-915/925-960 MHz e 1710-1785/1805-1880 MHz, sujeita ao regime de autorização geral, em conformidade com o disposto na LCE;
3. Sujeitar os prestadores de serviços MCV ao cumprimento das seguintes condições previstas no n.º 1 do artigo 27.º da LCE:
 - a) Garantir aos utilizadores o acesso, em condições de igualdade, ao serviço oferecido;

- b) Garantir a segurança da rede contra o acesso não autorizado nos termos da Lei n.º 41/2004, de 18 de Agosto;
 - c) Garantir a protecção dos dados pessoais e da privacidade no domínio específico das comunicações electrónicas, em conformidade com a Lei n.º 41/2004, de 18 de Agosto;
 - d) Assegurar a disponibilização de sistemas de intercepção legal às autoridades nacionais competentes;
 - e) Fornecer às autoridades nacionais competentes meios de descriptação ou decifração sempre que ofereçam essas facilidades, em conformidade com a legislação aplicável à protecção de dados pessoais e da privacidade no domínio das comunicações electrónicas;
 - f) Cumprir as condições técnicas, constantes do anexo da Decisão 2010/166/EU, de 19 de Março de 2010;
 - g) Disponibilizar o serviço em cumprimento de todos os requisitos de segurança marítima, demonstrada através da certificação emitida, ou reconhecida, pela autoridade marítima competente;
 - h) Fornecer ao ICP-ANACOM os dados relevantes relativamente às embarcações registadas em Portugal em que o sistema MCV esteja em funcionamento;
-
- i) Utilizar equipamentos conformes ao Decreto-Lei n.º 192/2000, de 18 de Agosto;
 - j) Pagar as taxas aplicáveis, nomeadamente uma taxa anual devida pelo exercício da actividade de fornecedor de serviços de comunicações electrónicas, em conformidade com o artigo 105.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro e no montante fixado por despacho do membro do Governo responsável pela área das comunicações;

- k) Fornecer ao ICP-ANACOM as informações solicitadas no âmbito do n.º 1 do artigo 108.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro e para os fins previstos no seu artigo 109.º.
4. Isentar de licenciamento radioeléctrico as redes de radiocomunicações, constituídas por estações de base e estações móveis associadas que assegurem serviços MCV a bordo de embarcações, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 264/2009, de 28 de Setembro, sem prejuízo do acto de licenciamento da autoridade marítima competente.
5. Dispensar os operadores de serviços MCV do pagamento de taxas de utilização de espectro pela utilização de frequências.
6. Fixar em 20 dias úteis o prazo de resposta por escrito dos interessados no âmbito do procedimento geral de consulta a que se submete o presente projecto de decisão, devendo a informação considerada confidencial ser expressamente identificada pelos mesmos.

Nos termos dos procedimentos de consulta adoptados pelo ICP-ANACOM em 12.2.2004, esta Autoridade deve analisar todas as respostas e disponibilizar um documento final contendo uma referência a todas as respostas recebidas e uma apreciação global que reflecta o seu entendimento sobre as mesmas (alínea d) do ponto 3.).

O presente documento tem, pois, este objecto.

2. CONTRIBUTOS RECEBIDOS

Pronunciaram-se no âmbito do procedimento geral de consulta, dentro do prazo fixado, as seguintes entidades:

- GRUPO PT
- VODAFONE PORTUGAL – Comunicações Pessoais, S.A. (VODAFONE).

3. SÚMULA DAS RESPOSTAS RECEBIDAS

As respostas recebidas reconduzem-se essencialmente aos seguintes aspectos:

- 1) Apreciação global;
- 2) Condições gerais associadas à oferta dos serviços MCV;
- 3) Taxas de utilização do espectro;
- 4) Condições técnicas e requisitos operacionais.

1) Apreciação global

A VODAFONE refere acolher positivamente o projecto de decisão em causa por considerar que o mesmo vem permitir o alargamento da possibilidade de oferta de serviços de comunicações electrónicas aos respectivos clientes.

2) Condições gerais associadas à oferta dos serviços MCV

O GRUPO PT manifestou a sua concordância com as condições gerais para o estabelecimento de serviços de comunicações móveis a bordo de embarcações.

2.1. Intercepção legal das comunicações

A VODAFONE concorda que deverá ser o operador de serviços MCV a assegurar a disponibilização de sistemas de intercepção legal às autoridades nacionais competentes, dado que nem sempre o operador do serviço telefónico móvel detém a informação sobre

o tráfego efectuado pelo respectivo cliente. Será o caso de uma chamada de um cliente da VODAFONE iniciada a bordo de uma embarcação e destinada a uma rede estrangeira.

2.2. Acesso a chamadas de emergência

Relativamente ao acesso a chamadas de emergência a VODAFONE refere partilhar "... da posição do ICP-ANACOM quanto à não imposição de qualquer obrigação de acesso aos serviços de emergência aos passageiros que efectuem chamadas enquanto se encontrem a bordo de um navio em itinerância no sistema MCV."

2.3. Facturação do serviço

No que respeita à facturação detalhada, a VODAFONE considera que, não detendo os operadores de serviços MCV qualquer relação directa com os clientes finais do serviço por si prestado, não caberá impor a obrigação da emissão de facturas detalhadas.

Ainda assim, a VODAFONE refere que "... os prestadores de serviço móvel terrestre com quem os utilizadores contratam o seu serviço somente poderão assegurar o fornecimento do detalhe da sua facturação de retalho se o operador de MCV assegurar que esse detalhe se encontra reflectido nos ficheiros TAP (*Transfer Accounting Procedures*) trocados com a rede móvel terrestre do utilizador."

3) Taxas de utilização do espectro

Quanto à matéria a VODAFONE entende que a não sujeição dos operadores de serviços MCA ao pagamento de taxas de utilização de espectro não contribui para a utilização eficiente do mesmo, ainda que essa utilização se verifique em regime de não protecção e não interferência.

A VODAFONE refere que a LCE prevê o pagamento de taxas de utilização do espectro, ainda que a utilização do mesmo não seja objecto da atribuição de direitos de utilização e

que o ICP-ANACOM deveria "... definir uma taxa para este serviço que seja objectivamente justificada, transparente, não discriminatória e proporcionada relativamente ao fim a que se destina".

4) Condições técnicas e requisitos operacionais

No que respeita às condições técnicas e requisitos operacionais de funcionamento dos sistemas e oferta de serviços MCV, o GRUPO PT refere ser necessário assegurar a compatibilidade entre os diferentes sistemas, em particular "... com os sistemas do SMT GSM".

O GRUPO PT evidencia que, tendo em conta que os serviços MCV utilizam as faixas de frequências 900 MHz e/ou 1800 MHz num regime de não protecção e não interferência, se impõe a monitorização destas utilizações nos mares territoriais nacionais, de modo a que não sejam criados constrangimentos aos direitos de utilização dos operadores móveis que o operam no território nacional nas faixas 900 e 1800 MHz.

O GRUPO PT refere ainda utilizar tecnologia "*extended GSM/UMTS cells*" no território nacional e, em particular, nos Açores e Madeira, para cobertura entre ilhas, considerando que, para minimizar as interferências dos sistemas MCV será relevante conhecer como e através de que meios o ICP-ANACOM pretende garantir a inexistência de interferências prejudiciais entre os sistemas MCV e as redes móveis terrestres já existentes e licenciadas.

Para a empresa seria também desejável "... avaliar a possibilidade de adopção de um sistema que impeça que a potência de emissão dos sistemas MCV possa não respeitar a distância fixada de 2 milhas face à orla costeira territorial ou, pelo menos, que fosse definido um normativo que regulamentasse um procedimento que permita o cumprimento da restrição fixada na Decisão ..." considerando a empresa que a questão assume especial relevância no território nacional, dada a extensão da orla costeira e existência de arquipélagos, o que poderá condicionar a eficaz aplicação das regras definidas para a operação dos sistemas MCV.

O GRUPO PT acrescenta que para a coexistência entre os serviços MCV e o serviço móvel terrestre é necessário garantir que os sistemas de suporte aos serviços MCV não “captam” os utilizadores do serviço móvel terrestre.

Mais entende o GRUPO PT ser desejável a disponibilização de uma lista dos sistemas MCV a operar em Portugal e das frequências utilizadas, considerando ainda essencial o estabelecimento, em colaboração com as autoridades marítimas, de mecanismos de identificação e ou registo que permitam uma fiscalização eficaz de todas as embarcações equipadas com sistemas MCV.

4. POSIÇÃO DO INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS (IPTM)

Considerando as competências do IPTM, foi esta entidade auscultada tendo em vista a obtenção do respectivo parecer.

Assim, o IPTM refere nada ter a opor quanto ao regime de isenção de licenciamento aplicável às estações de base e estações móveis associadas que assegurem serviços MCV a bordo de embarcações (bem como quanto ao regime preconizado para outras estações de radiocomunicações relativamente às quais se solicitou igualmente o parecer daquela entidade) informando ainda que, oportunamente, preparará uma circular relativa às condições de utilização e de licenciamento, a qual tenciona submeter previamente à apreciação do ICP-ANACOM.

5. ISENÇÃO DE LICENÇA DE REDE

Por lapso, no n.º 4 do projecto de decisão objecto da presente consulta pública, invoca-se a alínea b) do n.º1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 264/2009, de 28 de Setembro, como fundamento para isentar de licenciamento radioelétrico as redes de radiocomunicações constituídas por estações de base e estações móveis que asseguram serviços MCV a bordo de embarcações, quando manifestamente se pretendia invocar a alínea a) do n.º 1 do mesmo artigo.

A alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 264/2009, de 28 de Setembro, respeita à isenção de licença de estação, estando a isenção de licença de rede prevista na alínea a) do n.º 1 do mesmo artigo.

B. ANÁLISE E ENTENDIMENTO DO ICP- ANACOM

Em linha com as matérias suscitadas pelas empresas que responderam à consulta, a presente análise atenderá aos seguintes aspectos:

- 1) Taxas de utilização do espectro;
- 2) Condições técnicas e requisitos operacionais.

1) Taxas de utilização do espectro

Tal como referido nos comentários efectuados ao projecto de decisão em presença, os serviços MCV serão oferecidos numa base de não protecção e não interferência.

Adicionalmente, nos termos do projecto de decisão objecto da presente consulta pública, as redes de radiocomunicações, constituídas por estações de base e estações móveis associadas que assegurem serviços MCV a bordo de embarcações, estarão isentas de licença radioelétrica, dado que o licenciamento a atribuir pela autoridade marítima competente configura instrumento bastante para assegurar os objectivos finais pretendidos com a dupla competência fixada no Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 264/2009, de 28 de Setembro e no Decreto-Lei n.º 190/98, de 10 de Julho, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2007, de 27 de Março.

Os demais serviços que utilizam espectro radioelétrico numa base de não protecção e não interferência e isentos de licenciamento radioelétrico, como é, por exemplo, o caso dos serviços de comunicações móveis a bordo de aeronaves (MCA), estão dispensados

do pagamento de taxas de utilização do espectro, pelo que não se evidenciam razões que justifiquem um tratamento diferenciado para os serviços MCV.

2) Condições técnicas e requisitos operacionais

No que respeita à compatibilidade de funcionamento dos serviços MCV a Comissão Europeia estabeleceu as condições técnicas e operacionais a cumprir pelos sistemas MCV nos mares territoriais dos Estados-Membros da União Europeia de modo a evitar interferências prejudiciais com as redes terrestres de comunicações móveis, em particular com os sistemas GSM e UMTS. Efectivamente, nos estudos realizados no seio da CEPT, foram desenvolvidos diversos cenários de potencial interferência nas redes actualmente implementadas e através de simulações e cálculos determinísticos, identificaram-se as condicionantes que evitem interferências prejudiciais, as quais se encontram vertidas na Decisão 2010/166/UE.

Em conformidade, o ICP-ANACOM tendo também em conta as competências do IPTM nesta matéria irá proceder à monitorização da utilização do espectro radioelétrico pelos sistemas MCV de modo a garantir o cumprimento das condições especificadas no Anexo da Decisão da Comissão 2010/166/UE, tomando as medidas adequadas para solucionar eventuais interferências prejudiciais alegadamente causadas pela exploração dos sistemas MCV.

Relativamente à protecção das estações que implementem técnicas de “*extended GSM/UMTS cells*” e à garantia de *roaming* não desejado, o ICP-ANACOM realça as condições técnicas específicas no anexo à Decisão 2010/166/EU, de 19 de Março de 2010, nomeadamente a limitação de potência, que limitará as interferências de rádio, e por outro lado, a limitação do “Avanço temporal” (normalmente designado por “*timing advance*”) que limitará as ligações/*roaming* dos terminais móveis nas estações de base da embarcação.

No que respeita à adopção de um sistema ou normativo que garanta o cumprimento da obrigação de cessação de emissões, quando a embarcação se encontre a uma distância inferior a 2 milhas náuticas da linha de base definida na Convenção das Nações Unidas

sobre o Direito do Mar, haverá que considerar as competências do ICP-ANACOM e do IPTM. A este propósito, note-se que a matéria foi amplamente discutida no seio da Comissão Europeia e na Conferência Europeia das Administrações de Correios e Telecomunicações (CEPT), tendo-se concluído que a implementação dos critérios/parâmetros de funcionamento do sistema cabe aos operadores de serviços MCV (operando com base num princípio de não interferência e não protecção em relação a outros sistemas).

Por outro lado, importa referir que no relatório de resposta ao Mandato da Comissão, relatório CEPT 28, se assume a instalação de um sistema de controlo que, entre outras funcionalidades, irá ser responsável pela desactivação do sistema quando a embarcação cruze os limites à orla costeira definidos, no caso em apreço as 2 milhas náuticas.

No que respeita à disponibilização de uma lista de sistemas MCV que vão operar em território nacional, importa notar que, nos termos da alínea e) do artigo 120.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, compete ao ICP-ANACOM disponibilizar e manter actualizadas informações relativas ao registo das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas no território nacional. Assim sendo e a exemplo dos demais serviços de comunicações electrónicas, esta informação poderá, entre outras formas, ser consultada em www.anacom.pt.

O ICP-ANACOM, não irá dispor de informação relativa aos operadores de serviços MCV autorizadas por outros Estados-Membros.

Convirá referir que o n.º 8 da Recomendação 2010/167/UE, dispõe que os Estados-Membros devem deixar de exigir qualquer autorização adicional, o mais tardar a partir de Março de 2011, para a utilização do espectro disponibilizado para a oferta de serviços MCV nos seus mares territoriais se a utilização do espectro pelo sistema MCV pertinente já estiver autorizada por outro Estado-Membro, de acordo com o seu regime de autorização e em conformidade com a mesma Recomendação.

Adicionalmente o n.º 9 da mesma Recomendação indica que os Estados-Membros devem considerar a hipótese de não exigirem uma autorização adicional para a utilização do espectro nos seus mares territoriais para oferta de serviços MCV a bordo de embarcações

com nacionalidade de um país terceiro, desde que a utilização do espectro para oferta de serviços MCV nessas embarcações já esteja autorizada pelos países pertinentes, nas mesmas condições que as estabelecidas na Decisão 2010/166/UE.

Ainda sobre este assunto, dispõe o n.º 11 da mesma Recomendação que os Estados-Membros devem cooperar activamente, de forma construtiva e com espírito de solidariedade, utilizando procedimentos existentes sempre que adequado, para gerirem os eventuais problemas relativos a interferências prejudiciais alegadamente causadas pela exploração de sistemas MCV. Por sua vez, os Estados-Membros que exercem jurisdição sobre os sistemas MCV suspeitos de interferirem de modo prejudicial com serviços no território de outro Estado-Membro, devem responder e resolver prontamente o problema das eventuais interferências.

Relativamente ao estabelecimento de mecanismos de identificação e ou registo que permitam uma fiscalização eficaz de todas as embarcações equipadas com sistemas MCV, nomeadamente em colaboração com as autoridades marítimas, importa salientar que nos termos do presente projecto de decisão, uma das condições a que os operadores de serviços MCV estarão sujeitos, sem prejuízo das competências do IPTM, é a obrigação de fornecer ao ICP-ANACOM os dados relevantes relativamente às embarcações registadas em Portugal em que o sistema MCV esteja em funcionamento (*vide* n.º 3-h) do projecto de decisão em análise).

Por outro lado, tal como constante do projecto de decisão em presença, a instalação das estações de base e estações móveis associadas que asseguram serviços MCV a bordo de embarcações dependerá de acto de licenciamento da autoridade marítima competente (*vide* n.º 4 do projecto de decisão em análise).

Nestes termos, o ICP-ANACOM irá acautelar a definição de procedimentos que permitam uma actuação que salvguarde a utilização eficiente do espectro, realçando que esta actuação terá também em conta as competências do IPTM.

Por último, importa evidenciar o entendimento transmitido pelo IPTM, que nada tendo a opor quanto ao regime de isenção de licenciamento aplicável às estações de base e estações móveis associadas que assegurem serviços MCV a bordo de embarcações

(bem como quanto ao regime preconizado para outras estações de radiocomunicações relativamente às quais se solicitou igualmente o parecer daquela entidade), informou também que, oportunamente, preparará uma circular relativa às condições de utilização e de licenciamento, a qual tenciona submeter previamente à apreciação do ICP-ANACOM.

Lisboa, 21 de Dezembro de 2010